

Relatório da Ffietoria e as contas da Tesouraria foram aprovadas unanimemente, sem res-
crições. E como mais porem a tratar
foi encerrada a Sessão, do que para constar
lavei a presente Ata que vai assinada por
todos os membros da Mesa e será publicada
no Diário Oficial do Estado. #

Emil de Sá
João Figueira
Evaristo da Cunha

Ata de Assembleia Geral Ordina-
ria da Ordem dos Advogados
do Brasil, Seção de Pernambuco,
realizada no dia onze (11) de
novembro de mil novecentos e
setenta (1970) para proceder
as eleições do Conselho Seccio-
nal, para o biênio de 1.2.71
a 31.1.73.

Aos onze (11) dias do mês
de novembro do ano de mil novecentos e
setenta (1970), às 9;30 (nove horas e trinta
minutos), no salão do Tribunal do Juri, no
primeiro (1º) andar do edifício do Palácio
de Justiça, na cidade do Recife, capital do
Estado de Pernambuco, teve início a Assem-
bleia Geral Ordinária da Ordem dos Ad-
vogados do Brasil, Seção de Pernambuco,
para o fim de processar a eleição de vin-
te e quatro (24) membros do Conselho

Seccional, para o periodo de 1.2.1971 a 31.1.1973, tudo de acordo com o edital publicado no Diario Oficial do Estado de Pernambuco, edicoes dos dias 20 de outubro, de 4 de novembro de 1970; no Diario de Pernambuco no dia 18 de outubro de 1970; e no Jornal do Commercio do dia 15 de outubro de 1970, alem de amplo noticiario divulgado pela imprensa diaria desta capital. Funcionaram quatro mesas receptoras de votos, sendo a primeira presidida pelo Cons. Luiz Vieira e integrada pelos conselheiros Luiz Heradio do Rego e Hely Jose de Farias, tendo como secretaria a estagiaria Celia Alves Monteiro; a segunda presidida pelo conselheiro Evaristo Luna e integrada pelo advogado Moacyr Barcho, tendo como secretaria a advogada Margarida de Oliveira; a terceira presidida pelo conselheiro Joao Pinheiro Lins e integrada pelo advogado Jose de Oliveira Ventura, tendo como secretaria a advogada Conceicao Maria Pereira da Costa Maia e a quarta presidida pelo conselheiro Reinaldo Camara e integrada pelo advogado Luiz Gonzaga Gomes de Freitas, tendo como secretaria a advogada Luzia de Rocha Falcao. Os trabalhos foram acompanhados pelo presidente Jose Cavalcanti Neves e pelos conselheiros Carlos Martins Moreira, Joaquim Pereira de Carvalho Junior, Sylene Ribeiro

de Paiva, Isaac Pereira da Silva, Luiz Rodolfo de Araujo Junior, além de inúmeros advogados. Iniciados os trabalhos, na presença dos referidos conselheiros e advogados, o Senhor Presidente do Conselho, mandou que fossem exibidos e examinados as urnas destinadas a receber os sufrágios. Isto feito, procedeu-se a aposição dos faixas e sinêles que garantem a inviolabilidade das urnas. Iniciaram então os trabalhos de votação às nove e trinta (9,30) horas, prosseguindo até quinze e trinta (15,30) horas. A esta hora, encontrando-se no recinto, ainda, vários advogados que não haviam votado, foram admitidos a fazê-lo, encerrando-se os trabalhos às dez e trinta horas e trinta minutos (16,30). Logo em seguida, o Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Cavalcanti Neves determinou que as urnas primeira e terceira fossem apuradas por uma Comissão integrada pelos conselheiros Romildo Beão e João Pinheiro Reis e advogados José de Oliveira Ventura e Justino José Vaz de Oliveira; e as urnas segunda e quarta por uma Comissão integrada pelo conselheiro Geraldo Mendonça e pelos advogados Urbano Sitalino de Melo Filho e João Cláudio de Sá Pereira Neto. Foram na primeira

re uma quatrocentos e vinte e dois (422) advogados; na segunda quatrocentos e quarenta e sete (447); na terceira duzentos e noventa e seis (296); e na quarta duzentos e noventa e um (291). Verificada a integridade das urnas, foram as mesmas abertas, iniciando-se a contagem sobrecontas. Comprovada a coincidência entre o número de sobrecontas e o número de votantes, procederam os escrutinadores a apuração dos votos. Cerca de dezeto horas e trinta minutos (18.30), quando se processavam os trabalhos de apuração dos votos dos quatro urnas de capital, foi referido, o Presidente do Conselho recebeu os mapas de apuração dos urnas localizados na subseção de Camamu e na cidade de Garanhuns, onde votaram, respectivamente, sessenta e um (61) e vinte e sete advogados (27). O senhor Presidente determinou, na forma do Parágrafo 3º, do artigo 45, do Estatuto do Oidm, que fossem computados, no resultado geral do pleito, os resultados parciais, apurados em Camamu e Garanhuns. Computados os votos dos quatro urnas de capital e das urnas localizadas em Camamu e Garanhuns, o resultado geral do pleito foi o seguinte: Oliveira de Canabique na - oitocentos e noventa (890); João

4



Emílio Bins - oitocentos e oitenta e três (883); Luiz Rodolfo de Araújo Junior - oitocentos e setenta e nove (879); Rodolfo Araújo - oitocentos e setenta e dois (872); Joaquim Correia de Carvalho Junior - oitocentos e sessenta e nove (869); Geraldo dos Anjos Neto de Mendonça - oitocentos e cinquenta e dois (852); Fernando de Vasconcelos Coelho - oitocentos e quarenta e sete (847); Isaac Sereno da Silva - oitocentos e trinta e sete (837); Luiz Heróclio do Rego - oitocentos e dez (810); Aulindo dos Santos Maciel - oitocentos e nove (809); Manoel Ênio Bins - oitocentos e oito (808); Syleno Ribeiro de Paiva - setecentos e noventa e sete (797); Gaspar Vasconcelos - setecentos e noventa e sete (797); Nair Andrade dos Santos - setecentos e noventa e três (793); Heley José de Farias - setecentos e oitenta e sete (787); Urbano Vitalino Filho - setecentos e oitenta e cinco (785); Pedro Ramalho Luz - setecentos e oitenta e três (783); Rivaldo Pordeiro Pessoa - setecentos e oitenta e um (781); José Paes de Andrade - setecentos e setenta e cinco (775); Rorimildo Rocha Roça - setecentos e setenta e quatro (774); Nete Correia Lima - setecentos e sessenta e nove (769); Paulo Rogério Domingues - setecentos e sessenta e quatro (764); Márcio Neves Baptista - setecentos e ses

5
pente e dois (762); José Antonio Ven-
tura - setecentos e sessenta (760); Sil-
vio Pessoa - setecentos e quarenta e
três (743); Pelágio Silveira - setecen-
tos e trinta e nove (739); Hélio Ma-
riano - setecentos e trinta e nove (739);
Rilzardo Carneiro Boas - setecentos e
trinta e seis (736); Tabajara de Costa
Ribeiro - setecentos e vinte e nove (729);
João de Souza - setecentos e vinte e oito
(728); Jairo Cavalcanti de Aquino - se-
tecentos e dezessete (717); Massilon Tenó-
rio - setecentos e doze - (712); Glomério
Freire - setecentos e sete (707); Bertino
Bernandes Silva - setecentos e cinco (705);
Reinaldo Dornelas Coimbra - seiscentos e
noventa e seis (696); Berquedo Elliot-
seiscentos e noventa (690); Fernando
Mendonça - seiscentos e oitenta e
sete (687); Hilton Guedes Alcoforado -
seiscentos e oitenta e cinco (685); Bô-
lo de Miranda - seiscentos e setenta
e nove (679); Ronaldo Souto Maior -
seiscentos e setenta e seis (676); José
Maria Belo - seiscentos e sessenta
(660); João Rufino - seiscentos e qua-
renta e sete (647); Nelson Andrade
Oliveira Filho - seiscentos e quaren-
ta (640); Edson Moury Fernandes -
seiscentos e trinta e nove (639); Bê-
nício Bemor - seiscentos e trinta e um
(631); Menza Gibson - seiscentos e vi-
nte e oito (628); J. Wanderley Louva-

lho - quientos e noventa e oito (598).
Lanoni Suire - quientos e sessenta e três (563); Avulsos - cento e vinte (120); Nulos - quientos e vinte e oito; Brancos - quientos e cinquenta e um (551). Os trabalhos de apuração e apuração deconeram sem incidentes e impugnações. O senhor Presidente, determinou que fosse publicado no Diário Oficial do Estado, o mapa geral de apuração, contendo o resultado do pleito, em todas as urnas. Como nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada este ato, que será assinado pelo Senhor Presidente do Conselho, conselheiros e advogados presepites.

Em Cuiabá, a 11 de Novembro de 1963
Juziz da Rocha Falcão

Wanderley de Figueira
Ronaldo S. Brito
João Pinheiro
Maurice Trindade

Ronaldo S. Brito
Eduardo da Silva

Official de Registro
Leandro da Silva
João da Silva
Guarantã

Amirante d. Pedro IV

Justiça 12/4 de blizim Filiz

6

Ata da Assembleia Geral In-
diária da Ordem dos Advoga-
dos do Brasil, Seção de
Pernambuco, realizada em
doze (12) de março de mil
novecentos e setenta e um
(1971) - Primeira (1ª) con-
vocaçao.

Dois doze (12) dias do mês de março
do ano de mil novecentos e setenta e um
(1971), na sede da Ordem dos Advoga-
dos do Brasil, Seção de Pernambuco, de-
veriqueu reunir-se, às dezesseis (16) horas,
em Assembleia Geral Indiriária, os advo-
gados inscritos no quadro da referida
Seção, para apreciar o relatório, o ba-
lauço e as contas da Diretoria, relativas
ao ano de mil novecentos e setenta (1970),
conforme edital publicado no Diário Ofi-
cial do Estado, edições dos dias cinco
(5) e nove (9) e no Diário de Pernambu-
co, edição de cinco (5) de março do
corrente. O Presidente Joaquim Corrêa
de Carvalho fez um verificado não ha-
ver "quorum" para a Assembleia pre-
cisar em primeira convocação, reau-